

Sarney examina posição de ministros do PMDB

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney vai avaliar, com as lideranças do PMDB, a posição assumida na convenção de ontem por alguns ministros do partido, que trabalharam contra a orientação política do Governo, favorável à deliberação sobre o mandato presidencial com voto aberto.

Segundo o porta-voz da Presidência da República, Frota Netto, o Presidente avaliará os resultados da convenção em reunião que fará com as lideranças do PMDB ainda esta semana, e depois em discussão com toda a cúpula da Aliança Democrática, com o objetivo de definir claramente as forças políticas de que o Governo dispõe.

Frota Netto, que passou o dia no Palácio da Alvorada, acompanhando o desenrolar da convenção, acrescentou ter Sarney estranhado que nenhum dirigente do PMDB, nem ministros ou outros membros do Governo, tenham rebatido as diversas acusações feitas contra a pessoa do Presidente. Frota negou a informação que circulou à tarde, no Congresso, de que o Presidente havia prometido demitir todos os ministros que atuaram em desacordo com o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, e

que foram Renato Archer, Raphael de Almeida Magalhães, Celso Furtado, Marcos Freire, Paulo Brossard, Roberto Santos e Almir Pazzianotto. — O Presidente não falou em demissão, embora não tenha gostado de alguns aspectos da convenção. Ele pretende ter com as lideranças uma conversa séria e definitiva sobre as relações entre o PMDB e o Governo.

Todos os políticos que falaram com o Presidente asseguraram que ele não ficou satisfeito com a atuação dos ministros, devendo tomar providências a respeito. Diante do resultado da convenção, que não definiu a duração do mandato do Presidente e derrotou a estratégia do Governo, Sarney promete acelerar a formação de sua nova base de apoio, a partir dos votos que teve na convenção (pouco mais de cem) e da colaboração do PFL e de outros partidos.

Acompanharam o Presidente no Palácio da Alvorada, durante o dia de ontem, o Ministro dos Transportes, José Reinaldo, o Presidente da LBA, Marcos Villaga, o Chanceler Abreu Sodré, Dona Marly e o genro Jorge Murad, além de Frota Netto.

VOTAÇÃO DEFINE A BANCADA DO GOVERNO

Planalto pode reforçar sua base de apoio com adesão de outros partidos

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney soube ontem, seis horas antes do encerramento da Convenção do PMDB, que o bloco suprapartidário que ameaça formar pode ter a presença de 142 Deputados do Partido. Sobre também, entretanto, ao final da primeira votação da Convenção, que o Deputado Ulysses Guimarães, o Senador Mário Covas, os Governadores de alguns dos maiores Estados e pelo menos sete Ministros detêm o comando sobre maioritária parcela do PMDB.

Sarney foi derrotado na primeira votação por uma aliança comandada por Ulysses e Covas. Eles repeliram uma proposta do Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, que pretendia tornar abertas as votações da Convenção, por ampla margem de votos.

Na segunda votação, aliando o Centro-Democrático que o apóia aos correligionários do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, ajudou a promover a transferência, para a Constituinte, das decisões sobre o mandato presidencial e o sistema de governo. O resultado da votação secreta, no entanto, indicou margem relativamente escassa para uma aliança aparentemente ampla com o Senador Mário Covas. O adiamento foi decidido por

pouco mais de 10 por cento dos votos contra o grupo liderado por Covas.

Para o Presidente da República, esses resultados oferecem a alternativa de reformular a base política de seu Governo, a partir dos 142 Deputados que lhe foram fiéis em plenário. Somado com os 126 Deputados do PFL, essa ala sarneyista dentro do PMDB já lhe dá maioria dentro da Assembleia Constituinte. Uma maioria estreita de 15 Deputados mas que se alarga bastante quando se considera ainda os Senadores e as prováveis alianças que fará com o PTB (18 Deputados), PL (6) e PDS (34).

O Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, reconhecia no meio da tarde que Sarney já tinha o que desejava: a radiografia do PMDB na Constituinte. "Ele agora pode armar o seu bloco de apoio", dizia, reconhecendo que o primeiro passo provavelmente será uma devassa nos postos ocupados pelo Partido no Executivo.

Ulysses Guimarães, entretanto, após proclamar os resultados da Convenção, disse não acreditar que haverá retaliação por parte do Governo aos sete Ministros que apoiaram a votação secreta.

Centro Democrático pede hoje ao Presidente que mude Ministério

BRASÍLIA — Os parlamentares integrantes do Centro Democrático encaminham hoje ao Presidente Sarney, através do Líder Carlos Sant'Anna, o pedido de reforma ministerial com a demissão dos sete ministros do PMDB que foram favoráveis, em plenário, à votação secreta do sistema de governo e do mandato presidencial. Dos sete, o que mais irritou os moderados foi o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, acusado de mudar o voto por causa das vaia.

Segundo os mais ativos do grupo, foi grande a irritação do Líder Carlos Sant'Anna ao verificar que Raphael de Almeida Magalhães (Previdência Social), Renato Archer (Ciência e Tecnologia), Roberto Santos (Saúde), Almir Pazzianotto (Trabalho), Marcos Freire (Reforma Agrária), Celso Furtado (Cultura) e Paulo Brossard (Justiça) votaram alinhados a Ulysses Guimarães e aos governadores. Só votaram com Sant'Anna, Aluizio Alves (Administração), Aníbal Teixeira (Planeja-

mento) e Iriz Rezende (Agricultura). O Centro Democrático preferia votar a questão do mandato ontem, de acordo com Exedito Machado e Prisco Vianna. Mas cederam depois que Sant'Anna impressionou-se quando Moreira Franco disse que era risco desnecessário votar num clima de acuidade do PMDB, se o adiamento serviria para isolar o Senador Mário Covas.

— O Covas forçou a Convenção para atingir o objetivo de fixar um mandato de quatro anos. Se ele perde, para que arriscar? — teria dito Moreira.

Nas contas do grupo, os cinco anos seriam vitoriosos em caso de votação, com base em estimativa de que teriam 568 dos 885 votos da Convenção Nacional. Além disso, os 142 votos peemedebistas pela votação aberta somados aos 130 votos do PFL seriam garantia suficiente de maioria do Governo na Constituinte, pois colheriam facilmente oito votos para a maioria absoluta nas hostes do PTB, PL e PDS.

Programa econômico funde propostas e chega a acordo

BRASÍLIA — Seis horas de reunião, até às 21 horas de sábado, foram suficientes para que os grupos do Deputado Ulysses Guimarães e do Senador Mário Covas chegassem aos termos definitivos do documento do PMDB sobre a conjuntura econômica — "Estabilização e Retomada do Crescimento" — divulgado ontem na Convenção do partido. O texto final acabou por fundir três propostas básicas, a partir de trabalhos encaminhados pelo Ministro da Cultura, Celso Furtado, pelo economista Paulo Nogueira Baptista Júnior e pelo professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília.

— Todos cederam um pouco — resumiu o Deputado Maurício Fruet, que faz parte do grupo liderado por Covas.

O original de Celso Furtado, escrito em parceria com o Secretário-Geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, acabou por fornecer o eixo do documento final. Furtado, que acompanha Ulysses Guimarães, incorporou as propostas de Paulo Nogueira Baptista Júnior sobre a dívida externa e as relações internacionais. O próprio Nogueira Baptista, ex-assessor para assuntos internacionais de Dilson Funaro na Fazenda, foi o autor, segundo informou ontem, do documento apresentado por Maurício Fruet em nome do seu grupo. Dércio Garcia Munhoz também se encarregou de redigir, por conta própria, uma contribuição para o grupo de Fruet.

A chave para a conciliação foi um curto prólogo inserido pelos partidários de Covas: "Independentemente

das posições de apoio ou de condenação à política econômica atual, militantes, convencionais, parlamentares e economistas do PMDB apresentam à Convenção Nacional o presente documento, que visa a fixar parâmetros mínimos para a ação econômica do Governo". Isto significa que ficaram preservadas as críticas à política do Governo por todos aqueles que subscreveram o documento.

O texto final não incorporou as críticas da proposta de Fruet, consideradas duras e pessoais pela Deputada Cristina Tavares (PE), presente à reunião. Lá estiveram também os economistas Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho, Carlos Lessa — Diretor do BNDES —, Dércio Munhoz, os Deputados Domingos Leonelli e Jorge Hage e o ex-Governador do Ceará Gonzaga Motta. Segundo Cristina Tavares, o grupo liderado por Mário Covas preferiu atender às ponderações anteriormente apresentadas pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, que desaconselhou a inclusão dessas críticas.

Maurício Fruet, ao avaliar ontem o documento final, considerou que foi estabelecida uma linha programática da política econômica apoiada pelo partido e que deve ser executada pelos gestores da economia, entre os quais se inclui o Ministro da Fazenda. Ele chamou a atenção para o fato de que o documento foi aprovado por todas as correntes do PMDB, numa solução negociada e de consenso.

Documento apóia Governo no plano interno, mas diverge sobre a dívida

BRASÍLIA — O documento sobre conjuntura econômica — "Estabilização e Retomada do Crescimento" — apresentado ontem à Convenção do PMDB, depois de harmonizadas as posições contidas em três textos básicos, contém poucas divergências em relação às questões internas da política econômica do Governo, mas carrega uma boa dose de conflitos nas propostas referentes à dívida externa e às relações internacionais.

Os sete pontos sobre a recuperação do poder aquisitivo dos salários não chegam a confrontar-se com a postura do Governo. A recomposição do salário mínimo real, aos níveis de março, fica para a fase imediata ao descongelamento de preços, como tem defendido o Ministro Bresser Pereira. As propostas para aumento da cota do salário-família e reajuste salarial automático, nas datas-base, correspondente ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) acumulado nos últimos doze meses, não tem prazo definido e a meta de dobrar o salário mínimo real fica submetida a aumentos escalonados ao longo de quatro anos.

A proposta de antecipação do pagamento do resíduo inflacionário acumulado até maio deste ano, numa demonstração de flexibilidade, é acompanhada da ressalva de que as antecipações podem ser revistas "na eventualidade indesejável de aceleração inflacionária".

O documento aceita o passo com o Plano Bresser ao aceitar como objetivo central, neste momento, a recuperação da estabilidade, com "o afastamento definitivo da hiperinflação". Ressalva, entretanto que, controlada

a inflação, deve-se perseguir a retomada do crescimento econômico e a elevação dos salários reais.

Os peemedebistas deixam evidente a preocupação com sucesso da administração depois da fase de congelamento, a partir da constatação de que a ineficiência do Cruzado I neste processo foi uma das causas de seu fracasso. Assim, são aceitas taxas de juros positivas, apostando-se na estabilização do patamar inflacionário inferior a 5% ao mês, logo após o descongelamento. Assim como no Plano do Governo, a proposta é de crescimento, a médio prazo, a taxas de 7% ao ano, reafirmando-se que a recessão não é aceita como instrumento de política econômica.

Os pontos divergentes com o Governo na área externa passam, em primeiro lugar, pela oposição a qualquer tipo de acordo com o FMI e, mais do que isso, a qualquer política que implique monitoramento, mesmo informal, da instituição. A manutenção da moratória aos juros devidos aos bancos credores privados até que se enquadrem as transferências de recursos para o exterior ao limite de 2,5 por cento do PIB, como está no documento, não é uma perspectiva colocada até agora pelo Governo.

A redução do spread (taxa de risco) ao nível zero está contida no Plano de Consistência. Mas a capitalização automática "da parcela preponderante dos juros", a subordinação ao Congresso Nacional da conversão da dívida em investimento, limitando-a aos juros, e a condenação das plataformas de exportação, acrescentam rigidez às negociações do Governo com os credores.